



Anais da Assembleia

Nº 058

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 46.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Durval Amaral, João Iensen e Nilton César Servo (07). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 191/91, que

versa sobre a constituição do egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia da próxima sessão o Projeto de Lei nº 106/91, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. JOSÉ FERNANDO ALEGRE DE PAOLA, ocorrido no dia 22 de maio de 1991, na cidade de Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Fernando Paola, largamente conhecido na imprensa paranaense, jornalista onde militava desde a década de 60, no Diário do Paraná, e até recentemente onde chefia a redação do Jornal do Estado. Discreto, muito benquisto por seu companheirismo, Paola também trabalhou como assessor na Câmara Municipal, Bacharel em Direito, mas preferiu dedicar a sua vida ao jornalismo.

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo efusivos Votos de Congratulações à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, pelo transcurso de seu 111º ano de fundação.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de se conter grandes surtos epidêmicos, no final do século passado, é que fez nascer a idéia da construção do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, inaugurado pelo Imperador do Brasil, Dom Pedro II. Em seu discurso, ele fez vários elogios ao

novo centro de saúde, com uma ressalva: a distância do centro da cidade, embora o hospital já estivesse localizado na Praça Rui Barbosa.

Essa distância em termos métricos, jamais significou distanciamento em termos humanitários: desde quando foi criado, até hoje, o hospital mantém-se fiel à filosofia que norteia o trabalho filantrópico das santas casas, sua vocação principalmente para os pacientes sem recursos e a fachada externa, tombada pelo patrimônio histórico.

É necessário atentar para a crise que se abateu sobre os diversos setores da sociedade brasileira nos últimos anos, inclusive, no médico-hospitalar. O sistema previdenciário sacrificou de forma cruel as instituições de saúde e, principalmente, as casas filantrópicas.

Foi graças ao trabalho conjunto da Provedoria da Santa Casa, dos médicos, funcionários, da colaboração da comunidade e, sobretudo, a dedicação do Provedor Geral, engenheiro Ivo Arzua Pereira, ex-Prefeito de nossa Capital, nos últimos anos, que a Santa Casa de Misericórdia conheceu o maior progresso de sua história.

Nesse sentido e tendo em vista que este Poder Legislativo, constantemente, tem se manifestado em regozijo pela ação misericordiosa da Santa Casa, é que propomos o presente voto de congratulações.

Que se congratule o Poder Legislativo com o trabalho filantrópico, humano, abnegado desenvolvido por este hospital, por esta Santa Casa.

Que do teor do presente dê-se ciência à Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba ao senhor Ministro da Saúde, Ministro da Previdência e Secretário Estadual da Saúde.

REQUERIMENTO N° 1174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro nos Anais da Casa, Votos de Louvor ao ex-Deputado Newton Miguel Friedrich, indicado Presidente Nacional do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Alberto Pasqualini, com sede no Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO N° 1173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a importância das pessoas que fazem das comunicações um instrumento da paz, de conagração e união dos povos e raças; Considerando a importância da in-

formação no mundo atual;

REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro em Ata do transcurso do Dia Mundial das Comunicações Sociais, comemorado na presente data.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1196

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja designada a data de 22 de agosto próximo vindouro para realização de Sessão Solene de Outorga do título de Cidadania Benemérita do Paraná a Excelentíssima Senhora Edite Pizzato, de conformidade com a Lei Estadual n° 9593, de 19 de abril de 1991.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1172

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, Doutor Luiz Gastão de Carvalho, solicitando estudos e possíveis providências para mudanças de contrato de prestação de serviços mantidos com a Associação Paranaense de Reabilitação - APR, no sentido de ser pago um salário mais justo aos prestadores de serviços, semelhantes aos servidores públicos que desempenham idênticas funções.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Reabilitação exercendo seu trabalho ímpar de integração dos deficientes na sociedade, mantêm contratos de prestação de serviço com diversos órgãos, inclusive com a Secretaria da Administração, aonde os contratados exercem função compatível com a deficiência. Ocorre, entretanto, que recebem seus salários de acordo com a legislação federal que regulamenta a questão, estando completamente defasados em relação ao funcionalismo estadual. Desta maneira, apresentamos o presente requerimento pedindo soluções para o problema, pois caso contrário o Estado poderá perder o serviço de pessoas eficientes, de extrema responsabilidade e perfeitamente integradas no serviço público.

REQUERIMENTO N° 1175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Go-

vernador do Estado, a fim de solicitar, de conformidade com o "Projeto Minha Gente" do Governo Federal, seja construída uma unidade do Centro Integrado de Educação à Criança (CIACS), nos municípios de Jussara, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Tapira, Tuneiras do Oeste, Tapejara, Marialva, Mandaguari e duas unidades em Cianorte; e instalação de uma fábrica de argamassa armada neste último município, e um CIAC em Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) MÁRIO BEZERRA.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação encontra respaldo no fato de se pretender canalizar para municípios que contribuem efetivamente para a produção de riquezas no Noroeste do Paraná, para que possam as novas gerações contar com escolas em regime integral, sobretudo para atender crianças carentes cujos pais devem contribuir para o orçamento e necessitam ausentar-se do lar. Tais crianças representam o esteio da sociedade do amanhã e é imprescindível a um povo que deseja alinhar-se entre países do Primeiro Mundo, que seus filhos eduquem-se para formar uma consciência participativa, dinâmica, responsável, que tenham visão para modificar o meio em que vivem; que sejam criativos de tal forma que, mesmo em precárias condições, saibam transformar elementos, por mais comuns e triviais que sejam, em realizações brilhantes e eficazes.

REQUERIMENTO N° 1177

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Paraná, e ao professor Elias Abrão, Secretário de Estado da Educação, solicitando sejam enviados esforços no sentido de "salvar" o Instituto de Educação do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Existe intensa mobilização dos pais de alunos do Instituto de Educação do Paraná, no sentido de, literalmente, "salvar" aquela instituição do fechamento.

Há falta de recursos para continuidade do funcionamento do tradicional estabelecimento de ensino, fundado há 115 anos. O velho prédio está precisando de reparos nas instalações elétricas, hidráulicas, nos telhados, canchas esportivas, etc.

As condições precárias têm favorecido o aparecimento de incêndios (seis, nos últimos dois meses) e ameaças de explosão de bombas.

Tudo isto, é profundamente lamentável, sobretudo, por afetar um estabelecimento que, historicamente, vem prestando um serviço educacional de excelente qualidade à população de Curitiba.

Tenho certeza de que o Senhor Governador, Doutor Roberto Requião, e o nosso Secretário da Educação, professor Elias Abrão, homens conhecedores do trabalho do IEP, encaminharão as gestões necessárias para o "salvamento" daquela escola.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Diretor Geral, Presidente da APM e do Grêmio Estudantil do Instituto de Educação do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor Djalma de Almeida César, digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, no sentido de que seja viabilizado a liberação de recursos financeiros para a execução do Projeto "Construção Barracão-Profissionalização", no Núcleo Social Batista, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Senhor Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal Vereador Inácio Pereira Pinto e à Presidenta do Núcleo Social Batista, Senhora Aparecida do Nascimento Mota (a/c Secretaria Municipal do Bem Estar de Umuarama.)

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Social Batista, tem prestado relevantes serviços à comunidade umuaramense, no que se refere ao atendimento ao menor desamparado. Neste sentido, obteve um terreno de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) para a implantação de uma creche e de um barracão cuja finalidade é a de instalar cursos profissionalizantes para os menores de rua.

A região para a instalação desse projeto é desprovida de infra-estrutura adequada para oferecer às famílias condições de vida melhor e o nível de carência é muito grande, motivando a construção de uma unidade desse nível. Abrange os Jardins Petrópolis, Alvorada, Aliança, São Caetano, Parques San Remo I, II, III e Industrial com um total de mais de 20 mil pessoas, a maioria jovens.

A Entidade vem buscando respaldo financeiro para a obtenção das instalações necessárias, sem muito êxito, desta forma o Município intervém de forma a reforçar tal solicitação e compete a nós, como parlamentar, reivindicar do Estado tal ajuda.

REQUERIMENTO N° 1179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Tiradentes, Distrito de Cafezal, município de Iporã.

Do aprovado, Requer ainda, comunicado ao Prefeito Municipal, Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, José Firmino de Souza e a Direção do Estabelecimento, a/c Prefeitura Municipal, e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Municipal Franklin Roosevelt, município de Iporã.

Do aprovado, Requer ainda, comunicado ao Prefeito Municipal, Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, José Firmino de Souza e a Direção do Estabelecimento, a/c Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino

Curitiba, quinta, em 23.05.91

são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a reforma e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Levy G.Oliveira, município de Iporã.

Do aprovado, Requer ainda, comunicado ao Prefeito Municipal, Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, José Firmino de Souza e a Direção do Estabelecimento, a/c Prefeitura Municipal, e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois, sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo. O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reformar e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade de ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Esportes, com a finalidade da liberação de recursos a serem aplicados na construção de um centro esportivo no Bairro Rio Bonito, na Municipalidade de Irati.

Seja como lazer ou no âmbito da competição, a prática do desporto, fora de qualquer dúvida, se constitui num importante aspecto às atividades humanas, cuja iniciativa e o seu conseqüente desenvolvimento não se pode prescindir.

Deste modo, fundamentando-se no propósito da Administração Pública local, através do Senhor Prefeito Alfredo Van Der Neut, a construção de um centro esportivo naquele populoso Bairro, certamente contribuirá, para todo o Município, para a realização de um antigo anseio de toda a população, mas que para tal torna-se imprescindível o respaldo governamental.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, com o intuito da construção de abrigos para parada de ônibus em diversos pontos da Municipalidade de MALLET.

De conformidade com a deliberação unânime do Poder Legislativo, é de vital importância a construção de abrigos, considerando que é cada vez mais crescente o número de usuários do transporte coletivo, nos dias de hoje obrigados a ficar submetidos às intempéries climáticas.

Considerando a impossibilidade do Executivo realizar a mencionada obra, arcando sozinho com os seus custos, espera-se que essa Pasta dê o necessário respaldo.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido de incluir no Programa "Minha Gente", o município de Pitanga, no Estado do Paraná, visando a construção de Centros de Integração de Atendimento à Criança - CIACs, naquele município.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

O País como um todo vinha há muito esperando soluções para os problemas básicos da enorme população carente que abriga, em especial no campo da educação e da saúde à criança, pilares para uma juventude educada e sadia, que farão o Brasil de amanhã.

Assim é, que foi bastante oportuna a corajosa iniciativa do Ministério da Saúde, em lançar a nível nacional o Programa "Minha Gente", visando a construção de Centros de Integração de Atendimento à Criança - CIACs, abrangendo a policultura, as creches, a saúde e o ensino à criança carente.

Dessa forma, cabe-nos parabenizar nesta oportunidade o Senhor Ministro Alceni Guerra, da Saúde e o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, pela iniciativa, ao tempo em que, sabendo que para o nosso Estado serão destinadas 300 (trezentas) unidades daqueles CIACs, solicitamos especial atenção do Senhor Ministro, no sentido de que sejam construídos aqueles Centros no Município de Pitanga, grande produtor da Região Centro Oeste de nosso Estado, o qual conta atualmente com 95.000

habitantes distribuídos em seus sete distritos, fora a sede, abrangendo 4.044 Km quadrados, com seus 34.675 eleitores.

REQUERIMENTO N° 1189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido de incluir no Programa "Minha Gente", o município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, visando a construção de Centros de Integração de Atendimento à Criança - CIACs, naquele Município.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

O País como um todo vinha há muito esperando soluções para os problemas básicos da enorme população carente que abriga, em especial no campo da educação e da saúde, pilares de sustentação para uma juventude educada e sadia que farão o Brasil de amanhã.

Assim é, que foi bastante oportuna a corajosa iniciativa do Ministério da Saúde, em lançar a nível nacional o Programa "Minha Gente", visando a construção de CENTROS DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA -CIACs, abrangendo a policultura, as creches, a saúde e o ensino à criança carente.

Dessa forma, cabe-nos parabenizar nesta oportunidade o Senhor Ministro Alceni Guerra, da Saúde e o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, pela iniciativa, ao tempo em que, sabendo que para o nosso Estado serão destinadas 300 (trezentas) unidades daqueles CIACs, solicitamos a especial atenção do Senhor Ministro, no sentido de que sejam construídos aqueles Centros no Município de Laranjeiras do Sul, grande produtor da região Centro Oeste de nosso Estado, o qual conta atualmente com 96.000 habitantes distribuídos em seus nove distritos, fora a sede, abrangendo 3.158 quilômetros quadrados, com aproximadamente 33 mil eleitores.

REQUERIMENTO N° 1192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da Fundação de Assistência ao Educando, solicitando das autoridades nominadas a adoção de medidas urgentes para a regularização da distribuição de merenda escolar no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Não há como deixar de se reconhecer a situação calamitosa em que se encontram as escolas paranaenses, diante da falta de merenda escolar, cujos recursos até a presente data não chegaram.

As direções das escolas vêm sofrendo enfrentamento por parte dos alunos e de seus pais, para quem a merenda escolar - na maioria dos casos - não é complemento alimentar e sim, o principal alimento diário, com maior peso protéico, em suas famílias.

REQUERIMENTO N° 1195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido que os órgãos subordinados a essa Secretaria que atendem o Sudoeste do Estado, mais precisamente o Município de Salgado Filho, atendam a reivindicação dos produtores rurais deste Município, no sentido de que implementem programas de atendimento, tais como sementes subsidiadas ou pelo sistema de troca, a fim de beneficiar os agricultores que foram prejudicados pela estiagem que afetou a região.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Os problemas enfrentados pelos agricultores do Sudoeste do Paraná são inúmeros, sem contar com um programa de política agrícola adequada, somado a isso a estiagem que assolou a região causando grandes prejuízos. Os maiores prejudicados com isso tudo são os pequenos agricultores que estão a cada dia que passa mais descapitalizados.

Visando uma atenção maior a essa classe é que vimos solicitar o implemento de programas que tragam algum benefício aos agricultores, para que possam se recompor financeiramente, e, ao menos consigam sementes para plantar e gerar o alimento aos seus familiares e aos que dele dependam.

REQUERIMENTO N° 1186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, com a finalidade do respaldo técnico-financeiro à APAE do Município de Rebouças.

Fruto da sensibilidade social por parte dos seus idealizadores e da consequência direta no que tange ao expressivo nú-

mero de crianças que necessitam de cuidados especiais, é que foi criada a APAE.

Atualmente com 25 crianças, a referida entidade, embora contando com abnegados esforços, necessita, urgentemente, de uma infra-estrutura capaz de efetivamente assegurar as condições essenciais a que estão se propondo.

Desta forma, em acatamento ao proposto por seu Presidente, o Senhor Elias Harmuch, que essa Pasta examine a possibilidade de auxiliar a APAE, cujo apoio em muito dependerá sua própria existência.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, a fim da liberação de medicamentos para a municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

Diante do elevado número de pessoas carentes e considerando a exigüidade de recursos orçamentários, em que pese a reconhecida aplicação de verbas, o Poder Público local não tem podido corresponder às reais necessidades. Neste sentido, consubstanciado no apelo do Senhor Prefeito, JOÃO INÁCIO ROOS, é de vital importância o respaldo do Governo Estadual, no envio de uma nova remessa de medicamentos, nos dias de hoje em falta, em prejuízo flagrante aos que deles inadiavelmente precisam.

Que, no menor prazo de tempo possível, sejam tomadas as medidas condizentes com o pretendido.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, objetivando a urgente realização de reparos nas instalações elétricas da Escola Estadual "Shafic Cury", localizada na municipalidade de RIO AZUL. Consubstanciado na iniciativa do seu Diretor, o Senhor OSDIVAL ALBINI, o referido estabelecimento de ensino dispõe de instalações elétricas extremamente precárias, pondo em risco permanente, inclusive com vários curtos-circuitos, carecendo mesmo de uma urgente revitalização, superficialmente ocorrida em 1985.

Considerando os inúmeros pedidos há muito encaminhados, que esse novo apelo, na medida do possível venha a sensibilizar essa Pasta e essa Fundação.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 195/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Denomina de Rodovia ERNESTO JOAO RAMPAZZO, o trecho da estrada que liga os municípios de Bela Vista do Paraíso e Florestópolis.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio da presente proposição, pretendemos homenagear o Senhor ERNESTO JOAO RAMPAZZO, nascido em 18 de setembro de 1909, em Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Em 1944, o homenageado chegou em Bela Vista do Paraíso, fixando residência no distrito de Santa Margarida, onde iniciou a Fazenda Santa Ana, nome esse dado em homenagem a senhora sua mãe.

Casado com a Senhora Violeta de Mattos Silveira Rampazzo - atualmente professora primária aposentada, do Quadro do Magistério Público do Paraná - o casal possui sete filhos: Emílio, Edvar, Ernesto Antônio Rampazzo (Tegão), Evi Maria, Edgar Jacinto, Ivana Maria e Elder.

Como agricultor e pecuarista, foi um dos pioneiros de Bela Vista, onde militou na política - na ARENA e PDS - como Vereador representante do distrito de Santa Margarida. Eleito Presidente da Câmara Municipal, ocupou o cargo de Prefeito nas ausências do mesmo, Doutor José Marcelino.

No dia 05 de novembro de 1988, às 3:00 horas da manhã, falecia o conceituado batalhador em prol do desenvolvimento do município que tanto amou e onde foi sepultado.

Representando o pensamento do povo que reside naquela região - principalmente no distrito de Santa Margarida - esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas, no sentido da aprovação do projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 196/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o "Dia Estadual da Conscientização Política" em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A comemoração da data tratada no "caput" deste artigo, será sempre na última quarta-feira do mês de setembro.

Art. 2° - As escolas públicas da rede oficial de ensino deverão realizar debates, palestras e conferências, destinadas a incentivar os jovens à prática política, coordenados pelas direções das escolas e grêmios estudantis.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

A crescente descrença da sociedade brasileira quanto à importância do trabalho que os Parlamentares deste País podem e devem realizar, nos leva à propositura deste projeto, que visa essencialmente, mudar o conceito da classe política junto àqueles que irão ajudar a construir o Brasil e, principalmente, o Paraná de amanhã.

É imperiosa a necessidade de se alterar a imagem que o político brasileiro possui perante o cidadão e a opinião pública em geral.

É importante a aproximação do Parlamentar com suas bases, não apenas em período de campanha eleitoral, mas, no seu dia-a-dia, visando mostrar o significado de suas funções e prioridades e o trabalho que lhe compete realizar em prol daqueles que o elegeram.

Os partidos políticos carecem de identidade, pois desviaram-se de seus princípios e perderam a representatividade. Hoje não representam uma corrente de pensamento, uma ideologia, enfim, não defendem programas de governo e posturas políticas.

Atualmente as agremiações partidárias existem tão somente para fins de cumprimento de exigência do Tribunal Regional Eleitoral, que obriga a existência de uma legenda, onde os cidadãos interessados em concorrer a qualquer cargo eletivo devam se filiar, a fim de alcançar seus objetivos, postulando um mandato.

Por outro lado, existem atualmente no Paraná, em torno de 140.000 jovens estudantes secundaristas. A imensa maioria desses jovens desconhece o significado da palavra "política", o que seja a verdadeira "prática política" e, principalmente, a função do "homem público".

Ainda hoje, um número ainda pouco representativo de jovens na faixa de 16 a 18 anos optaram por se cadastrar junto ao TRE, no Paraná, e com isso poderem participar ativamente na escolha daqueles que decidirão os destinos do seu Estado. Isso mostra a indiferença e o desestímulo que levam os jovens a essa apatia.

Assim, a instituição do "Dia Estadual

da "Conscientização Política" tem como um dos principais objetivos, engajar politicamente este jovem que está desiludido e desinteressado, justamente por não acreditar que é possível ao político e ao Parlamentar contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, fazê-lo descobrir e discutir a prática política, tomando contato mais direto com as verdadeiras lideranças do Paraná.

Através da promoção de debates, palestras, conferências, etc., nas escolas públicas da rede oficial de ensino, os jovens estudantes do Estado poderão aprender e elucidar dúvidas, alargando sua visão política e, com isso, reunir condições para reconhecer e valorizar o verdadeiro "homem público".

Essa prática democrática, nas escolas, trará conseqüentemente, um maior interesse no jovem, podendo proporcionar o surgimento de futuras vocações voltadas para a função política e para a vida parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, a saudação à Presidência e à Diretoria da Federação Paranaense de Futebol, presentes hoje neste Plenário, não só pelo fato de que aqui vieram convidar os Senhores Parlamentares para prestigiarem o grande evento futebolístico entre o Brasil e a Seleção da Argentina, mas pelo trabalho que esta Diretoria tem feito, no sentido de valorizar cada vez mais o futebol do Paraná.

Se não temos tido muito sucesso com nossos representantes, a nível nacional, não tanto culpa da Federação, mas propriamente daqueles que dirigem as próprias equipes, que infelizmente têm deixado a desejar. A Federação tem, num esforço muito grande, procurado dar a sua parte, dar a sua posição como entidade maior do futebol do Paraná, no sentido de, evidentemente, procurar valorizar cada vez mais o nosso futebol.

Nesse sentido as nossas boas vindas ao Presidente da Federação, Onaireves Rolim de Moura, bem como seus demais pares que aqui se fazem presentes, nesta tarde.

Mas, venho à tribuna, Senhor Presidente, para destacar uma situação bastante difícil que nós estamos sentindo, pela qual passa uma das casas de educação do Estado do Paraná. Uma situação muito difícil que está o Instituto de Educação do Paraná. Existe já uma intensa mobilização de estudantes, de pais de alunos, de pessoas da sociedade, no sentido de salvar o

Instituto de Educação do Paraná. Esta que já é centenária, que é um símbolo do Paraná, tem passado por momentos difíceis, ora por má administração da casa, ora por falta de atenção por parte da nossa Secretaria de Educação, que tem relegado o Instituto de Educação, talvez a segundo plano.

E é necessário que se faça um apelo ao Governador do Estado do Paraná, ao Senhor Secretário de Educação do Estado do Paraná, porque existe uma intensa mobilização dos pais de alunos do Instituto de Educação, no sentido de, literalmente, salvar aquela instituição do fechamento. Há falta de recursos para a continuidade do funcionamento do tradicional estabelecimento de ensino.

Fundado já há 115 anos atrás, o velho prédio está precisando de reparos nas instalações elétricas, hidráulicas, no pátio interno, nos telhados, nas canchas esportivas, e é necessário que se faça, imediatamente, alguma coisa. As condições precárias têm favorecido o aparecimento, inclusive, de seis incêndios até agora. A cada mês ocorre um incêndio no Instituto de Educação. Não se sabe até agora se é obra de vandalismo, se é conseqüência do sistema elétrico, já bastante antigo, o que é que realmente está acontecendo? Ou se é até, talvez, obra de alunos, procurando chamar a atenção das autoridades pela situação em que se encontra o Instituto de Educação.

E tudo isso, Senhores Deputados, é profundamente lamentável, sobretudo por afetar o estabelecimento que, historicamente, vem prestando um serviço educacional de excelente qualidade à população curitibana.

Tenho certeza que o Senhor Governador, Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e o nosso Secretário da Educação, Professor Elias Abrahão, homens conhecedores do trabalho do Instituto de Educação do Paraná, encaminharão as gestões necessárias para o salvamento daquela escola.

Ao mesmo tempo também, venho à tribuna para saudar uma outra casa centenária e histórica desta Curitiba e deste Paraná, que é a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que completou no dia de ontem, mais um aniversário: 111 anos de existência da Santa Casa de Misericórdia. A necessidade de se conter grandes surtos epidêmicos do século passado, é que fez nascer a idéia da construção do hospital de caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, inaugurada pelo Imperador do Brasil, Dom Pedro II. Em seu discurso, ele fez vários elogios ao novo centro de saúde, com uma ressalva: a distância do centro da cidade, embora o hospital já estivesse localizado na praça Rui Barbosa. E essa distância em termos métricos, jamais

significou distanciamento em termos humanitários. Desde quando foi criada até hoje, o hospital mantém-se fiel à filosofia que norteia o trabalho filantrópico das Santas Casas, sua vocação principalmente para os pacientes sem recursos, e a fachada externa tombada pelo patrimônio histórico.

Usarei já, Senhor Presidente, o Horário da Liderança do PDT.

É necessário atentar para a crise que se abateu sobre os diversos setores da sociedade brasileira nos últimos anos, inclusive no médico-hospitalar. O sistema previdenciário sacrificou de forma cruel as instituições de saúde e, principalmente, as casas filantrópicas.

Foi graças ao trabalho conjunto da Provedoria da Santa Casa, dos médicos, funcionários, da colaboração da comunidade, e principalmente da dedicação do Provedor Geral, Engenheiro Ivo Arzua, ex-Prefeito de Curitiba, que nos últimos anos a Santa Casa tem podido dar encaminhamento maior para aquelas pessoas que ali chegam de todos os cantos do Paraná, do Brasil e até de outros países.

Nesse sentido, e tendo em vista que esse Poder Legislativo tem se manifestado em regozijo pela ação da misericórdia da Santa Casa, é que propomos hoje um voto de congratulações à Santa Casa.

13% dos nove milhões de duzentos mil paranaenses são analfabetos. Este é um outro assunto que eu também trago hoje a esta tribuna.

Quatrocentas e cinquenta mil crianças estão fora das salas de aula; 16% das crianças na faixa de 10 a 14 anos não estudam, apenas trabalham; e apenas 18, de um grupo de 100 adolescentes da faixa de 15 aos 17 anos, estão matriculados no ensino de 2º grau. Esses números preocupantes sobre o alcance da educação no Paraná, são mais algumas informações geradas pelo diagnóstico sobre a situação social da população da década de 80, que acaba de ser concluído pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico. Este diagnóstico aponta que na última década, a taxa de escolaridade de crianças de 07 a 14 anos, caiu de 82% para 76%, e que mais da metade da faixa de 0 a 06 anos não recebeu qualquer tipo de atendimento em creche ou pré-escola. Isto quer dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nos últimos Governos, não se investiu na educação, e principalmente não se investiu na criança. Não se investiu em programas sociais para as famílias destas crianças e cada uma delas está obrigada a sair mais cedo para engordar o orçamento doméstico.

No Paraná, as crianças estão deixando a escola muito cedo para trabalhar, para

perambular pelas ruas, para mendigar, para se envolver com as drogas, infelizmente, o que aponta para um comprometimento irremediável de nossa nova geração. São crianças roubadas da escola, da formação completa, do processo de maturação.

Nos estou dizendo que não se deva começar a trabalhar cedo. Estou dizendo que estas crianças não podem ser jogadas nas ruas, exploradas física, social, econômica, política e sexualmente.

Os dados do IPARDES só confirmam o que todos já sabiam: a falta de vontade política de nossos governantes vem comprometendo dia-a-dia o nosso futuro. O nosso amanhã vai morrendo aos poucos com a violência que se pratica contra estas crianças.

O que queremos neste projeto, projeto nosso, encaminhado, que vai ser inclusive discutido nesta Casa, é no sentido de se dar uma atenção maior. Este projeto que está na Ordem do Dia da sessão de hoje, aqui da Assembléia Legislativa do Paraná.

Estes dados que trazemos hoje aqui na tribuna, é para alertá-los de uma situação que é grave, gravíssima, a situação das crianças que, ao invés de estarem nas salas de aula, estão perambulando pelas ruas, estão sendo usadas e exploradas, lamentavelmente.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentavelmente, gostaria de fazer meu pronunciamento na presença do Deputado Ritti nesta Casa, mas infelizmente ele se encontra nesta Casa e não está tendo coragem de vir ao Plenário. Gostaria de avisar ao Deputado Ritti que esta Casa é democrática. As acusações que ele fez, via televisão, via Rede Globo, hoje pela manhã, ele fez de público. E gostaria que ele escutasse o que vou falar nesta Casa, para que se restabelecesse simplesmente a verdade.

Lamentavelmente, a molecagem continua por parte de Vossa Excelência, Senhor Deputado. Lamentavelmente. Lamento por duas ou três vezes a sua ausência nesta Casa. Lamentavelmente, também, a falta de responsabilidade continua à tona, da presença do ilustre Deputado.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte? (Assentimento).

Senhor Presidente, gostaria de constatar que o Deputado José Ritti não se encontra em plenário, lamentavelmente.

O SR. VALDIR ROSSONI - Lamentável, não é, Deputado Algaci?

Fui caluniado e difamado hoje pela manhã pelo ilustre Deputado. Todas as vezes que este Deputado usou da palavra - quero dizer, usou da palavra com a imprensa do Paraná - ele faltou com a verdade. Todas as vezes. Quando ele se ausentou desta Casa, eleito pelo povo de sua região, se ausentou por praticamente um mês. E ainda acha que está certo.

Para alguns órgãos de imprensa, ele alegou que estava com estafa. Um guri com 23 anos de idade, estava com estafa. Para outros, ele alegou nesta Casa, e para os órgãos de imprensa do Paraná, que ele estava pagando as contas, para depois desenvolver o seu trabalho nesta Casa. Para outros, disse que estava cuidando da Prefeitura para seu pai, que estava viajando. Para que? A Prefeitura de Santo Antônio da Platina não tem vice-Prefeito, não tem Vereadores, não tem Presidente da Câmara, que assumissem o cargo, de acordo com a Lei?

Em outras ocasiões, o ilustre Deputado disse que não esteve presente nesta Casa, porque estava agradecendo as bases. Eu gostaria de fazer aqui uma pergunta ao ilustre Deputado: qual das quatro é verdade? É a estafa; é o pagamento das contas; é o cuidado com a Prefeitura, onde não tem vice-Prefeito; ou é o agradecimento às bases, às quais ele deveria pedir desculpas pelas suas atitudes incoerentes e inconseqüentes que tem tido perante esta Casa de Leis, junto aos colegas Deputados.

Poderia ter cometido qualquer erro, mas querer justificar os seus erros em cima do Partido da Reconstrução Nacional, querer justificar os seus erros em cima da Liderança do PRN, querer justificar as suas atitudes, é lamentável, meus companheiros. Ontem, esta Casa de Leis perdeu a sua grande oportunidade de mostrar ao povo do Paraná que aqui tem Deputados sérios e que honram com o mandato, que foram escolhidos pelo povo do Paraná.

Ontem, no meu pronunciamento, Senhores Deputados, eu quis aqui resguardar a integridade dos Deputados do PRN, porque em todas as notícias veiculadas nos órgãos de imprensa do Paraná, sempre que diziam sobre as atitudes inconseqüentes do Deputado Ritti, diziam que era um Deputado do PRN. Nós nos posicionamos ontem, aqui, para resguardar a integridade dos Deputados e do Partido a que nós pertencemos, porque nós queríamos dizer ao povo do Paraná que essas atitudes, apesar do nobre Deputado ser filiado ao meu Partido, nós reprovamos e pedimos, aqui nesta Casa, simplesmente a punição deste cidadão.

Ontem, no pronunciamento que fiz aqui nesta Casa, depois de assistir o "Bom Dia

Paraná", fiz um exame de consciência e, pensando no meu pronunciamento, cheguei a uma conclusão: no meu pronunciamento, em nenhum momento, em nenhum momento, fiz acusações ao Deputado Ritti, pessoais. Mas outros colegas Deputados, com toda razão, tiveram maior brilhantismo do que eu e disseram ao nobre Deputado Ritti - como disse o Deputado Algaci Túlio - se ele quizesse aparecer, colocasse uma melancia na cabeça, e talvez aí ele apareceria melhor. O Deputado Rosinha, também brilhante, falou que um órgão que está doente, ou se recupera esse órgão, ou se amputa.

Quero dizer aos Senhores, realmente, ninguém foge da verdade. Ontem, a verdade aqui foi escondida quando nós não punimos esse Deputado. Hoje pela manhã, ele mostrou a sua verdadeira face. O Deputado, falando no "Bom Dia Paraná", falou que esse Deputado aqui que vos fala, é de conduta e moral duvidosas, porque diz que na Justiça do Paraná corre um processo contra a minha pessoa. Quero dizer aos Senhores, que fui uma das pessoas deste País que teve um acidente de automóvel e que neste acidente, infelizmente, um cidadão brasileiro veio a falecer, do qual eu respondi à Justiça do Paraná da mesma forma que todas as pessoas devem responder, e a Promotoria pediu minha absolvição, pois me considerava inocente.

Esta, Senhor Deputado Ritti, é a justificativa que dou pela minha moral, que o Senhor jogou hoje nos órgãos de imprensa do Paraná.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Eu imagino, Deputado Valdir Rossoni, que se o Deputado José Ritti deve ter feito acusações a Vossa Excelência, imagino eu que o espaço maior da sua brilhante entrevista deve ter sido muito relacionada à minha pessoa.

Eu quero dizer que já, através de advogado, estou pedindo uma cópia da fita, vou pedir o direito de resposta e irei tomar as devidas providências.

Agora, Deputado Rossoni, eu acho que todos nós temos problemas na vida. Todos nós temos altos e baixos na vida, especialmente aqueles que não nasceram em berço de ouro, como provavelmente nasceu o Deputado José Ritti, que deve ter sido eleito pelo nome do seu pai e não pela sua capacidade, provavelmente.

Mas eu quero dizer a Vossa Excelência que vou ver esta fita, vou analisá-la e já me inscrevo, Senhor Presidente, para um dos próximos horários do Grande Expediente, para vir aqui, não fazer a minha defesa, porque na verdade, quem não deve, não precisa se defender, mas fazer alguns es-

clarecimentos e mostrar um pouco para o Deputado José Ritti, que nos seus 23 anos de idade, terá muito que aprender ainda e terá que fazer muito daquilo que nós já fizemos de bom por esta Curitiba e por este Paraná, por tanta gente que nos procura diariamente aqui nesta Assembléia e pelas ruas da cidade.

Portanto, eu me sinto muito à vontade para ouvir esta fita, vir a este Plenário, subir a esta tribuna e contar para muitos, não apenas para o Deputado Ritti, para muitos dos Deputados novos que vieram para esta Casa, qual é a minha vida, como é que foi a minha vida e a maneira como levo a minha vida.

Os meus 14, 15, 16 ou 17 - já perdi até a conta - processos na Justiça, foram em consequência de uma luta contra poderosos, de uma luta contra aqueles que na época da Ditadura tentavam calar a nossa boca, de muitos que armaram até algumas, prepararam algumas armadilhas para a nossa pessoa, e nós nunca fugimos da luta e nunca nos acovardamos e nunca nos amedrontamos, razão pela qual eu tive a coragem de, ontem, subir à tribuna e pedir a punição do Deputado José Ritti e farei tantas quantas vezes forem necessárias, porque o homem quando tem a consciência tranqüila, não teme o que pode vir por trás.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria também, Senhor Presidente, de ouvir o seu pronunciamento, porque o Senhor também foi acusado na entrevista do nobre Deputado, dizendo que esta Casa, que esta Mesa, tomou atitude arbitrária, porque não votara no Senhor para Presidente da Casa.

Se o Senhor tomou esta atitude, devido ao voto que ele não deu ao Senhor, mas eu lhe dei o voto e gostaria que, em nome do respeito, em nome da dignidade, o Senhor também se pronunciasse e colocasse a posição da Mesa desta Casa, porque se tal atitude ocorreu, eu também não a aprovo, porque a atitude da Mesa tinha que ser devido às atitudes do Deputado e não devido ao voto.

O Sr. Ademar Traiano - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Rossoni, quero manifestar a minha solidariedade ao seu pronunciamento, e dizer que Vossa Excelência, durante este período legislativo aqui nesta Casa de Leis, já demonstrou a grandeza de espírito e o porquê veio a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para representar uma das regiões mais promissoras deste Estado.

Entendo que sua defesa, com certeza não deveria até a sua pessoa estar neste

momento fazendo, mas este Plenário, acredito ser, soberano para saber entender de forma especial a grandeza das atitudes do Deputado Rossoni neste fórum maior da sociedade paranaense.

Por isso, lamentamos profundamente a atitude insensata, incoerente, leviana, de um Parlamentar agredindo um companheiro de Plenário, da forma como agiu na manhã de hoje. Quero dizer que conheço a atuação dos Parlamentares que vieram para cá de Santo Antônio da Platina, o Deputado José Afonso, que com certeza, com muita grandeza enalteceu àquela região; o ex-Deputado Tadeu Lúcio Machado, que também representou àquela região, que mostraram na verdade, o porquê aqui chegaram, e infelizmente esta região do Estado não merece ter aqui nesta Casa alguém que de uma forma insensata e incoerente, com atitudes levianas, demonstra, não o espírito daquela gente, mas a pobreza de espírito do Parlamentar que aqui está.

Com todo o respeito, quero ser solidário a Vossa Excelência neste momento, pelo seu pronunciamento, e tenha a certeza, a sua defesa aqui neste instante é somada as vozes dos demais Parlamentares que aqui estão.

O SR. VALDIR ROSSONI - Obrigado, Deputado.

Da mesma forma com que no nobre Deputado José Ritti nos acusou, nós assumimos publicamente todos os nossos atos, por não sentirmos necessidade de encobrir nada do que fizemos, até o presente momento, e sentimo-nos no direito de desafiar o nobre Deputado José Artur Ritti, que anunciou a sua palavra hoje, para justificar a sua atitude, e também pedir desculpas aos seus colegas que ontem lhe deram uma oportunidade nesta Casa. Os vinte e cinco Deputados que votaram não aprovando a sua atitude, mas sim lhe dando uma oportunidade. Hoje esses vinte e cinco Deputados que merecem o nosso respeito, tenho a certeza que no seu íntimo sentem-se até um pouco envergonhados porque eles quiseram dar uma oportunidade a Vossa Excelência para se redimir dos seus erros e começar a respeitar esta Casa.

Eu também, ontem, depois de aprovado por vinte e cinco votos que não fosse punido Sua Excelência, eu achei também que era uma atitude até louvável, porque era uma oportunidade que estava sendo dada à juventude do Paraná.

Mas, Deputado Toti Colaço, o Senhor ontem fez uma brilhante defesa aqui, muito bonita para o momento, mas veja como a história é cabreira: hoje a sua defesa não cabe mais nesta Casa. Quando o Senhor defendeu o Deputado José Artur Ritti em nome da juventude do Paraná, ontem a juventude do Paraná se sentia orgulhosa. Depois das

atitudes do nobre Deputado, Deputado Toti Colaço, a juventude do Paraná, eu quero pedir à juventude do Paraná as minhas desculpas, juventude do Paraná, porque eu tenho certeza que as atitudes da juventude do Paraná não são levianas, não são inconseqüentes e a juventude do Paraná não merece ser comparada com este tipo de atitudes.

O Sr. Nelson Justus - Permite-me um aparte, Deputado? (Assentimento).

Eu agradeço o aparte e quero nesta oportunidade hipotecar a minha solidariedade a Vossa Excelência e aproveitar o gancho para não só pedir desculpas à juventude do Paraná, mas pedir desculpas ao eleitorado do Paraná, principalmente no momento em que se procura em todo o País resgatar a imagem da classe política, e nós, Deputados pela primeira vez, temos a honra de fazer parte desta Casa, assistimos a cenas deploráveis como as de ontem e as de hoje e estamos aqui ocupando os espaços nesta Casa, de tanta responsabilidade, de tanta seriedade, de tantos benefícios que trouxe ao nosso Estado, ocupamos os nossos preciosos momentos para assistir a cenas tristes como às que assistimos agora. Também fui surpreendido hoje pela manhã ao assistir o programa na Rede Globo e confesso a Vossa Excelência que não só no meu íntimo senti uma revolta muito grande por ver um companheiro, não o amigo Rossoni, o amigo de Partido, mas um Parlamentar do Paraná, alguém que já ocupou posições políticas de destaque, como a de Prefeito da sua cidade e que hoje ocupa a Liderança do Partido da Reconstrução Nacional.

Lamento profundamente que nós tenhamos que assistir a companheiros aqui da Casa se agredindo ou levantando calúnias, difamações contra outros companheiros através da mídia, levando principalmente ao eleitor, ao povo em geral uma imagem distorcida, não só da personalidade, da reputação ilibada do Parlamentar, mas principalmente da classe política.

É de se lamentar, e principalmente quando se procura e que se apregoeou tanto dentro de discurso da renovação desta Casa, que aqueles que aqui vieram para prestar a sua colaboração para representar as suas cidades se vejam envolvidos em dissabores como este. Perde a classe política? Perde. Perde esta Casa? Perde. Mas principalmente deve perder aquele que levanta o falso testemunho.

O julgador final jamais seria esta Casa ou aqueles 25 que ontem julgaram, ou os quarenta e tantos que ontem julgaram. Os verdadeiros julgadores serão - pode ter certeza, nobre Deputado - os eleitores: é o povo que deve julgar aqueles que efeti-

vamente para cá vieram para prestar a sua colaboração, para dar a sua cota, ou para fazer desta Casa e destes que aqui a frequentam chacotas, brincadeiras, pilhérias, para que, ao invés de resgatarmos a imagem do político, sejamos ainda mais enxovalhados, o nome desta classe que, muitas vezes, injustiçada e às vezes com justiça quando ela é examinada por pessoas completamente irresponsáveis, despreparadas e desqualificadas para aqui estarem para não só ocupar um canal de televisão ou um microfone, mas principalmente terem calças compridas e barba na cara para aqui estarem sentados.

Lamento profundamente e hipoteco a minha solidariedade, não como amigo, não como companheiro de Partido, mas como um Deputado Estadual que, pela vez primeira, também como Vossa Excelência ocupa esta Casa. Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu agradeço o aparte.

O Sr. Plauto Miró - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, eu quero me solidarizar com Vossa Excelência porque me preocupa muito que eu, fazendo parte dos novos, dos três mais novos que entraram nesta Casa, tenha como representante, ou melhor o mais novo de todos os Deputados, em idade, que fazem parte da Bancada do PRN e desta Assembleia, ter uma linha de conduta como está acontecendo, uma linha um tanto quanto incoerente, porque uma hora é uma coisa e minutos depois é outra, amanhã será outra e coerência é o que faz parte e o que precisa a classe política, nossa maneira de votar e é o que a gente não sente. Eu me sinto solidário com Vossa Excelência e um tanto quanto preocupado, porque a classe política, os novos que entraram, estão sendo mal vistos pela opinião pública, pelos paranaenses, pelos brasileiros, por atuações como o tal Deputado, o Ritti, está fazendo dentro desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI - Ontem, quando fiz uso desta tribuna, eu fui até condescendente ao não considerar em meu discurso, as denúncias que foram feitas contra o cidadão o nobre Deputado Ritti, mas hoje eu tenho que trazer aqui ao conhecimento desta Casa, até com um pouco de vergonha em ter que trazer esse assunto aqui mas, como eu ontem fui condescendente e a gente quando erra tem que reconhecer, e ontem eu errei, é tarde, mas eu trago.

Nobre Deputado Artur Ritti, o Senhor use desta tribuna no decorrer deste ano e dê as explicações cabíveis aos seus colegas. O "Correio de Notícias" de dias atrás, na coluna da Débora, o acusou e

disse que o Senhor está sendo processado por tentativa de estupro na sua cidade.

Também alguns jornais do Paraná o acusaram irresponsavelmente por usar um caminhão da Prefeitura e jogar esse caminhão em cima de um outro automóvel porque esse outro cidadão ou o tinha desafiado ou tinha lhe causado algum problema. Um caminhão da Prefeitura - parece que a Prefeitura de lá não é do povo, é da família Ritti.

Também o Senhor, desrespeitando a CCJ, uma das Comissões que tem como Presidente, o Deputado Colombino, uma das pessoas respeitadas desta Casa, apareceu, lá com um chapéu de palha. Não que eu incrimine as pessoas que usam chapéu de palha, porque o agricultor deste Estado usa e usa com altivez e o Senhor não merece usar o chapéu de palha em nome dos agricultores do Paraná que o usam.

Também o Senhor mandou fazer uma placa de bronze para o seu automóvel e que dizia: "Gabinete Civil". E o mais grave Senhores Deputados, alinhados com o Governo do Estado...

O Sr. Cezar Silvestri: Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Rossoni, eu gostaria também de me solidarizar com sua pessoa e dizer que eu fui um dos vinte e cinco Deputados que dei oportunidade ao Deputado Ritti e que hoje estou arrependido de ter dado essa oportunidade e gostaria de deixar claro aqui neste Plenário, que eu sou contra qualquer atitude de qualquer Parlamentar que agride o seu companheiro. Eu acho que não é dessa forma que nós vamos reconquistar a credibilidade junto à opinião pública.

O SR. VALDIR ROSSONI - Concordo plenamente com Vossa Excelência.

O Sr. Mário Bezerra - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Sob um profundo constrangimento que hoje, acompanhando o "Bom Dia Paraná", assistia à entrevista dada pelo Deputado Ritti. Eu acho que é válida a atitude de Vossa Excelência em utilizar a tribuna nesta tarde, para dizer aos companheiros desta Casa, ao Paraná e ao Brasil, que a maioria dos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, não aprova atitudes irresponsáveis e inconseqüentes como essa, tomadas pelo Deputado Ritti e até sugiro que a Mesa tome as devidas providências, que remeta um documento oficial à imprensa do Paraná dizendo que a maioria dos Deputados reprovam-no. Porque ontem 23 Deputados presentes votaram favoráveis à punição

do Deputado Ritti. Três estavam ausentes, e eles, com certeza, votariam a punição do Deputado. A maioria da Assembléia Legislativa do Paraná repreende Ritti e o estaria punindo, acredito, com uma suspensão, com uma advertência.

Senhor Presidente, é necessário que o Paraná e o Brasil saibam, acima de tudo, falando partidariamente, que o PRN não aceita atitudes indecorosas e antiéticas como estas tomadas pelo Deputado Ritti.

Eu me solidarizo com o Deputado Rossoni e digo-lhe, e tenho certeza, a maioria dos Deputados desta Assembléia se fosse para votação hoje estariam punindo o Deputado Ritti que teve a oportunidade ontem de se redimir dos seus pecados. Então, Deputado Rossoni, fiquei profundamente constrangido hoje ao ver Vossa Excelência ser atingido, sendo maculada sua moral por uma atitude irresponsável...

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Deputado Bezerra, por gentileza, peço um aparte. E, por conseguinte, peço ao Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Não. Não vou ceder aparte. O Senhor me permite...

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Eu vou usar a tribuna...

(Vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - O Senhor pegue a palavra no Grande Expediente e terá tempo suficiente para se defender no decorrer deste ano.

E para encerrar, Senhores Deputados...

O Sr. Lourenço Fregonese - Eu também, como membro do PRN e da Assembléia Legislativa, me solidarizo com sua posição. E lamento que três grandes Deputados aqui ontem, Deputado Totti Colaço, Deputado Geraldo Cartário e o Deputado Dirceu Manfrinato, um dos grandes Deputados do Paraná, já pela terceira vez volta a esta Assembléia Legislativa, tenham sido usados pelo Deputado José Artur Ritti. Eles deram seus depoimentos, fizeram a sua defesa em nome da Casa e em nome de um Parlamentar. E na primeira oportunidade, nem doze horas após este mesmo Deputado joga tudo água abaixo.

Deputado Ritti. Pobre menino rico. Infelizmente, Deputado, Vossa Excelência atingiu fundo a Assembléia Legislativa e atingiu muito mais fundo seus companheiros que o defenderam ontem e também a Casa.

Estou com Vossa Excelência, Deputado Rossoni, porque atitudes como estas não podem acontecer.

Ontem dizia a uma repórter que mais

uma vez estamos cometendo um erro com a impunidade, e a falta de seriedade para com o povo paranaense se torna vencedora. E hoje, doze horas atrás, o Deputado Ritti vai à televisão e mostra a sua verdadeira face.

Portanto, Deputado Rossoni, estamos com Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero encerrar minhas palavras e pedir desculpas aos nobres Deputados desta Casa por ter que vir aqui fazer um pronunciamento desta forma, gostaria de estar aqui discutindo os interesses do Paraná, ajudando a governar este Estado como fiz outro dia fazendo denúncias, mas denúncias sérias.

Para encerrar, Senhores Deputados, alinhado com o Governo do Estado, este moço, este nobre Deputado ainda deixa o comportamento do Governo do Estado sob suspeita. Ele disse a quase todos os Deputados do PRN de que acertou com o Governo do Estado que tinha uma dívida de 40 milhões de cruzeiros e que tinha que acertar esta dívida. Não quero dizer com isto que foi rasgada a dívida. Não quero dizer com isto que o Governador pagou a sua dívida. Mas que a maneira como que colocou aos Deputados do PRN que tinha que obrigatoriamente acertar com o Governo porque tinha uma dívida de 40 milhões, fica aqui uma indagação...

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Um aparte, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - ...a esta Casa de Leis.

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Valdir Rossoni. Vossa Excelência terá oportunidade de se defender.

O SR. VALDIR ROSSONI - Porque, Senhores Deputados, se eu devo ao BANESTADO, eu tenho que acertar com o Governo, é esta pergunta e eu encerro as minhas palavras e espero nunca mais precisar desta tribuna para trazer assuntos que denigrem a imagem política do Paraná, onde cinqüenta e três Deputados dignos e honrados... aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva - Nobre Deputado Rossoni, quero dizer, antes de mais nada, que também estou solidário com Vossa Excelência neste momento, apesar de ter votado contra a punição do Deputado José Artur Ritti, mas sou contra a atitude des-

sa maneira, tenho que ser coerente com a minha consciência, que não é dessa maneira que nós vamos na verdade, agir aqui nessa Casa, democraticamente e prestando juízo ao Paraná. Mas, tem que usar, e agradeço a Vossa Excelência por esse aparte, dizer que se o Deputado fez esta afirmação ao Deputado do PRN, não é verdadeira, porque eu também tenho dívida de campanha e estou pagando do meu bolso e o Governador do Estado jamais agirá dessa maneira, fazendo acerto ou muito menos acordo para que o Deputado votasse aqui na Assembléia os seus projetos, ou com o grupo que apoia o Governo, para absorver dívida de campanha, isso eu posso lhe confirmar com certeza que não houve esse acordo com o Governo do Estado, que não faz isso.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu agradeço, e a sua conotação vem de encontro ao que eu penso, não pode um Deputado sair numa Cada de Leis como esta aqui e colocar "sob judice" um Governo todo, falando desta forma aos Deputados.

Acho que o grande conselho que nós poderíamos dar a este nobre Deputado, que ele se calasse para fazer um exame de consciência, para que quando falasse, soubesse o que falar, porque cada vez que ele está falando, cada vez mais ele coloca problemas na sua vida.

Com a palavra, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço a Vossa Excelência por esta oportunidade e confesso, ao mesmo tempo, que não vi hoje o programa "Bom Dia Paraná". Vossa Excelência relata neste momento, fatos estarecedores, com relação ao programa feito pelo Deputado Ritti.

Mas, quero afirmar a Vossa Excelência, que ontem fui à tribuna e pedi aos Deputados, que dessem uma oportunidade ao Deputado Ritti. E quando deixei a tribuna, ainda fiz um pedido todo especial ao Deputado Ritti, que após os resultados, que nós tínhamos quase certeza que seria favorável à sua permanência e não a suspensão, que tivesse cautela nas declarações que seriam feitas através dos meios de comunicação.

Confesso a Vossa Excelência, está aí o Deputado Ritti que pode ser testemunha desse pedido que fizemos. Acho que essa acusação que Vossa Excelência faz com relação ao acordo entre o Governo, de 40 milhões de cruzeiros, segundo afirmação de Vossa Excelência nesta tribuna...

O SR. VALDIR ROSSONI - Segundo Manfrinato ainda, para esclarecer melhor, esse acerto ele fez com o Chefe da Casa Civil,

Caíto Quintana.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Acho até que é passível conversarmos com o Deputado Caíto, porque nós conhecemos o procedimento do Governador Roberto Requião, tem em si a austeridade, a honestidade, acima de tudo a honestidade. E nós não podemos então misturar, como Vossa Excelência já se retratou, evidentemente, que já não é mais o Governador Roberto Requião. Vossa Excelência agora acusa o Deputado Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil.

Mas, o que eu pediria, é que estes fatos não aconteçam mais, porque isso só vem a desmoralizar o Poder Legislativo. Acho que as questões pessoais de cada Deputado, têm que ser resolvidas à nível pessoal. Apesar de que, segundo informação de Vossa Excelência e de alguns Deputados que assistiram ao "Bom Dia Paraná", evidentemente, extrapolou e atingiu a moral de Vossa Excelência. E acho que Vossa Excelência tem todo o direito de defesa. E deve proceder desta forma.

E a mim, que participei da defesa do Deputado Ritti, não cabe mais nada a não ser ouvir o Deputado Ritti defendendo-se, da tribuna desta Assembléia, como Vossa Excelência se defende neste momento.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI - Ao encerrar, queria pedir a Casa, para se restabelecer a verdade, que a Casa pedisse informações ao BANESTADO quanto a este problema do qual fiz a denúncia.

Quero dizer também, aos nobres Deputados, como o Deputado Dirceu Manfrinato falou, não fui eu quem pedi para que o Deputado José Artur Ritti fosse julgado. Não fui eu quem colocou em julgamento as atitudes do Deputado José Artur Ritti. Foi a Mesa desta Casa. Isto tem que ficar bem claro. E ontem, quando usei a palavra, o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Rosinha, usaram de palavras muito mais graves que eu e não foram lembrados, no seu pronunciamento de hoje.

Meu muito obrigado e peço desculpas, envergonhado, por esse tipo de atitude.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa considera inscrito para Explicações Pessoais, o Deputado José Artur Ritti.

Consulto à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado José Ritti não entendeu o que o Senhor falou, sobre ele falar em Explicações Pessoais. Tenho a impressão que não recebeu o Regimento da Ca-

sa, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após o Horário das Lideranças, Vossa Excelência terá a palavra, para Explicações Pessoais.

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Quero que troque o Horário das Lideranças para eu falar agora, logo em seguida ao Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não entendi.

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Eu peço, pela ordem, que se troque o Horário das Lideranças pelo meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós temos que nos ater ao Regimento Interno. Vossa Excelência, com esta sua demorada ausência da Assembléia, ainda não está bem a par do Regimento Interno.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente...

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Um aparte, Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - No momento oportuno eu lhe concederei aparte, esperando que Vossa Excelência aborde o mesmo tema, o qual eu vou abordar.

Nós queremos, aqui desta tribuna, abordar um fato ocorrido ontem, ao final da sessão, quando após a votação do Projeto de Resolução a respeito do comportamento do Deputado José Artur Ritti, a Mesa pediu para que fossem retirados os agricultores que ocupavam as galerias.

Preocupado com este fato, nós do PT estivemos nas galerias para constatar o que havia ocorrido naquele momento. E fomos relatado, por todos os agricultores, que o cidadão que ocupava a galeria, ao ver o resultado da votação sentiu-se ofendido e por isso dirigiu a palavra a alguns Deputados, que ele interpretava, estes Deputados, como quem estivesse entre os vinte e cinco que pediram a punição a José Artur Ritti.

Este cidadão, nos garantiram, todos os agricultores que lá se encontravam, que não era ligado a eles e que no momento em que pediu para que se esvaziassem as galerias, este cidadão foi o primeiro que se retirou. E a revolta dos agricultores foi por, em seguida ao fato deste cidadão ter dirigido a palavra aos Deputados, alguns Deputados terem-se baixado a um nível inferior ao deste cidadão, ao retribuir as ofensas, inclusive com algumas palavras que nós queremos não relatar em função que vão pedir para tirar dos Anais, porque são

incompatíveis com o Regimento Interno.

E nós queremos dizer que antes que se julgue uma galeria toda, antes que se impute culpa coletiva a todos que ocupam a galeria, que se procure ver quem é o responsável. E para que alguns Deputados se precipitaram ao xingar as galerias de uma maneira geral, sem verificar quem tinha dirigido as palavras aos Deputados.

Eu acredito que a revolta daquele cidadão não é a revolta somente dele, é a revolta de milhares de cidadãos paranaenses que vêm tratados com irresponsabilidade problemas sérios do Paraná, dentro da Assembleia Legislativa.

Eu tenho que quase dar aqui razão a essa revolta, mas não razão às palavras que ele dirigiu, mas razão à revolta que, sem dúvida ele tem, porque naquele momento não restava outra coisa a não ser se revoltar pelo resultado do que tinha sido votado. O que eu acho incorreto e injusto é retirar todos e não aquele primeiro que dirigiu a palavra ao Deputado.

Eu concedo a palavra ao Deputado José Artur Ritti, ele pediu antes de eu começar a expor, espero que seja a respeito disso.

O Sr. José Artur Ritti - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu pedi, Senhor Presidente para fazer uso da tribuna logo em seguida ao Deputado Rossoni para não esfriar o calor da nossa contenda e jamais eu desconhecera o Regimento Interno, por isso pedi para que se trocasse o Pequeno Expediente por este direito que o Senhor me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A calúnia nunca esfria, ela sempre continua quente.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, eu concedi o aparte ao Deputado José Artur Ritti porque ele tinha solicitado, mas eu creio que com sua ausência prolongada faz com que ele desconheça o Regimento Interno, o aparte deveria ter sido dirigido à minha pessoa e não ao Presidente da Mesa.

Acho que vou tomar a liberdade de esclarecer ao Deputado que existe Pequeno Expediente, aonde cada Deputado, num número de seis, pode se inscrever para cinco minutos. Existe o Grande Expediente, para se falar durante trinta minutos, que foi o que o nobre Deputado Valdir Rossoni usou e o Horário de Lideranças. Há ainda as Explicações Pessoais que já está garantido pelo Regimento Interno e pelo Presidente para que Vossa Excelência faça uso da palavra.

O registro que nós queríamos fazer aqui é a respeito do fato ocorrido ontem, assim o fizemos.

Obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que fosse registrado nesta Casa de Leis, na tarde de hoje, a presença dos Vereadores João Rudones, Gilberto Carboski, do município de Mallet, acompanhados pela Presidente da Câmara Municipal daquele Município e a Vereadora Maria Amélia Tatarotti, estão tratando de assuntos do interesse daquele Município, aqui na Capital.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra, com satisfação, as presenças por Vossa Excelência aqui mencionadas.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, somente para registrar a presença da Vereadora Neli Almeida, que se encontra nesta Casa, Vereadora de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra, com satisfação a presença da Vereadora Neli Almeida.

O SR JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Apenas para me solidarizar com Vossa Excelência pela decisão tomada ontem, quando determinou que as galerias fossem esvaziadas, porque naquela oportunidade várias pessoas, não sei se agricultores ou não, faltaram com respeito a esta Casa, faltaram com respeito para com este Plenário, faltaram com respeito para com esta Instituição. E não é possível, por mais democrático que tem sido Vossa Excelência, não é possível que Deputados ouçam aqui palavras de baixo calão, ofensas e fiquem calados! Eu reagi, Sr. Presidente, como sempre reagi, aqui nesta Casa, no Congresso em Brasília, muitas vezes pedi a palavra, pela ordem, para defender a permanência de populares nas galerias, mas em nenhum momento, em nenhum momento eu fiquei contra a decisão da Mesa, quando a Mesa adotou providências como a que Vossa Excelência adotou para poder preservar o respeito e a ordem aqui dentro. Isso aqui é casa do povo, mas não é "casa da mãe Joana", Deputado é homem do povo mas não obrigado a ouvir desaforos, não é porque Deputado é eleito pelo voto que ele tem que submeter a humilhações. E quero deixar bem claro, sobre tudo aos Deputados do PT, que eu não me calarei em nenhum momento quando o meu nome, a minha honra, a minha pessoa, ou um companheiro meu de Parlamento for ofendido por quem quer que seja. Não dou direito a nenhum eleitor vir nesta Casa e me ofender pessoalmente porque tomei esta ou aquela posição, eu voto de acordo com a minha consciência, eu voto de acordo com aquilo que eu acho que devo fa-

zer, eu tenho que dar satisfação sim aos meus eleitores, e a estes eu sempre dei com assiduidade, com dedicação, com respeito; mas em momento algum eu vou assistir calado, eu vou ouvir desaforos de pessoas que não têm o direito sequer de se dirigir a nós da forma como se dirigiram. E venham me dizer que foi uma pessoa que não fazia parte do grupo não, porque eu tenho olhos, eu tenho ouvidos, e sou uma pessoa que tem também sensibilidade como qualquer ser humano normal para poder ver e entender as coisas; eu percebi, lamentavelmente, que até uma mulher que estava ali de pé, com o emblema da CUT aqui, se dirigia a mim com palavras, ofendendo inclusive a minha mãe, que se fosse aqui em baixo, Sr. Presidente, eu teria agido de outra maneira. Portanto, é para deixar bem claro Doutor Rosinha, coisa muito mais séria do que Vossa Excelência imagina, é muito mais séria, e com seriedade não se brinca, não se brinca, quero deixar bem claro. Por isso, eu me solidarizo com Vossa Excelência.

O DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Eu fiz uso da tribuna, não citei nome de Deputado nenhum, e o Deputado José Tavares vestiu uma carapuça. Sr. Presidente, enquanto o nobre Deputado José Tavares fez uso da palavra eu ouvi atentamente, gostaria do mesmo respeito por parte do nobre Deputado.

Eu fiz uso da tribuna, não citei nome nenhum dos Deputados, disse que o incidente realmente ocorreu, e que ao ocorrer qualquer incidente deve-se buscar quem é o culpado e esse culpado realmente, se for o caso, ter a punição. Todos saíram das galerias ontem, essa mulher a qual cita o Deputado José Tavares, antes dela dirigir a palavra a ele, eu quero dizer agora o nome, esse Deputado, Sr. José Tavares, ofendeu-a com o nome de vagabunda, foi o mínimo e outros nomes que eu não vou falar. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência levantou uma questão de ordem e até agora Vossa Excelência não mencionou o artigo violado.

O DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - O nobre Deputado que me antecedeu na questão de ordem também não mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por isso que Vossa Excelência está falando, mas eu solicito que Vossa Excelência seja breve.

O DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Portanto, em outros incidentes dessa natureza, se for para alguém se retirar da galeria,

que retire a pessoa correta; mas que também retire da Plenária o Deputado que não se comportar como deve, como foi o caso de dois Deputados ontem em relação à galeria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos entrando numa situação profundamente desconfortável. Este Parlamento se perde. Uns atacando aos outros. As bancadas transformadas em tribunais de juizes e réus. A jovialidade do Deputado Ritti é às vezes leviana, repetidas vezes transformada em objeto de punição. O Deputado Rossoni é acusado pelo Deputado Ritti. O Deputado Rosinha se degladiando com o Deputado Tavares...

Parece que o Paraná não tem assunto. Parece que o Paraná não tem problema.

Causa profundo desconforto à consciência política do Paraná, acho que a maioria dos meus Pares concorda comigo, este tipo de procedimento.

Não é só. Nos gabinetes correm cartas anônimas. Algumas infamantes. Passa-se de mão em mão todo tipo de leviandade, de acusação. De repente parece que a democracia só pode ser feita de grandes calúnias. Vamos ter que vir de capa, de espada, de máscara e isto aqui virar uma "República de Opereta", ao invés de ser a Assembléia que queremos, capaz de servir o Paraná efetivamente.

Quero ver a Assembléia discutindo as crianças abandonadas do Paraná. Porque não tem nenhum frango abandonado, nenhum boi abandonado, nem porco abandonado, mas tem criança abandonada...

Quero ver a Assembléia discutindo a insegurança pública, os "fantoques do mal", enfim, o orçamento do Estado que está para ser elaborado. Então, Sr. Presidente, a minha palavra é no sentido de, pela ordem, lhe pedir que zele para que os debates não resvalém para a questão pessoal e, muito menos resvalém para esta traição aos interesses do Paraná que é a transformação do Parlamento num conciliábulo de lavadeiras.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência além de ser um Deputado cômico de suas responsabilidades, é um intelectual de renome. E cito aqui, para amenizar o Plenário, uma frase de Voltaire: "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o direito de dizê-la".

Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(Declina).
PSDB.
(Declina).
PFL.
(Declina).
PSB.
(Declina).
PMDB.
(Declina).
PTB.
(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 147/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 56/91 de 18 de fevereiro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A.nº 41, de 23.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 147/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei complementar, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Anibal Khury, tem por finalidade alterar o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 56/91 de 18 de fevereiro de 1991.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do plano de lei em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação, cabendo-nos a ressaltar que a iniciativa visa sanar vícios da Lei Complementar nº 56/91.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável, opinando pela Aprovação da matéria, estando a mesma em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 14.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
NELSON JUSTUS - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

066/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O., e C.S.P., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A.nº 19 de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 66/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins, o presente plano de lei autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná e adota outras providências.

Analisando-se a matéria, encontramos o embasamento constitucional a mesma no inciso II, do artigo 23 da Constituição Federal e artigos 167 e 168 da Constituição Estadual, onde citam respectivamente ser de competência do Estado em comum à União, Distrito Federal e municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência e que a saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas e que o acesso às ações e serviços de saúde é universal e que estas ações e serviços de saúde são de relevância pública e devendo ser feita sua execução, preferencialmente, através de serviços oficiais e supletivamente através de serviços de terceiros.

Assim sendo, pelo aspecto constitucional da matéria e por não encontrarmos qualquer óbice legal à mesma, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 66/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do senhor Deputado Luiz Carlos Martins, autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado e adota outras providências.

Fundamentado em matéria constitucional - art. 23, inciso II da Constituição Federal e artigos 167 e 168 da Constituição Estadual o projeto em apreciação pretende a devida autorização deste Poder Legislativo para que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado competente promova, dentro de 180 dias o cadastramento de todos os deficientes físicos existentes no Estado, carentes de recursos e que necessitem de apoio governamental.

A autorização na forma pretendida é, pelo aspecto constitucional da matéria,

pertinente, e reflete a intenção do autor de maneira clara e consistente.

Sob o prisma a que esta Comissão deve examinar a matéria, e tendo-se em conta seus efeitos futuros e desdobramentos específicos, somos pela aprovação, ressaltando que, o espírito desta proposta de lei, assim como suas implicações de ordem financeira deverão fazer parte da lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1992.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.04.91

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente;
HEINZ HERWIG - Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 66/91

P A R E C E R:

I - O ilustre parlamentar propõe projeto de lei, que autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná.

II - O projeto, bem justificado, tem fundamentação jurídica nos artigos 167 e 168 da Constituição Estadual e artigo 23 da Constituição Federal, e vem ao encontro com a política de saúde pública pretendida quando da elaboração das Cartas.

III - Sendo assim, esta relatora nada encontra que possa obstar a normal tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa.

Parecer favorável,

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 07.05.91

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente;
EMÍLIA BELINATI - Relatora.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 055/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% de seu quadro de pessoal, com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.A.I.C., e C.S.P., por unanimidade. (Public. no DA. n. 18 de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 055/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Algaci Túlio, objetiva, autorizar o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais e estímulos creditícios a empresas que preencham com no mínimo 10% (dez por cento) de seus Quadros de Pessoal, com menores carentes e deficientes físicos e sensoriais, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional,

legal e regimental da Proposição em exame, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Assembléia Legislativa, pois o caráter autorizatório da iniciativa, faculta ao Poder Executivo a sua implementação, atendidos os dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 09.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 055/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais e estímulos creditícios a empresas que preencham com no mínimo 10% (dez por cento) de seus quadros de pessoal, com menores carentes e deficientes físicos e sensoriais.

A matéria recebeu aprovação da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, quanto ao seu aspecto legal e constitucional e diante do grande alcance social que a proposição proporcionará, a Comissão de Finanças dá seu Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.91.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 055/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade criar estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% de seu quadro de pessoal, com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica.

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das duntas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.91.

(aa) SEVERINO FÉLIX

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 055/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade criar estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo 10% de seu quadro de pessoal, com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica.

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das duntas Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.

No que concerne ao mérito, a proposição em tela é de absoluta oportunidade, no âmbito desta Comissão de Saúde Pública não há nada que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nesta condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto de minha autoria cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% de seus quadros de pessoal, com menores carentes e os deficientes físicos e sensoriais, oriundos de instituições mantidas pelo Estado, obras particulares conveniadas com o Estado, ou que, sendo filantrópicas, possuam registro na Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social. Os Senhores Deputados têm a Ordem do Dia em mãos e tomaram conhecimento do projeto.

Quero fazer a justificativa deste meu projeto.

"Rotineiramente somos advertidos pela imprensa escrita, falada e televisada com notícias sobre a aflitiva situação do menor. Pesquisando fatos sobre a falta de segurança pública, facilmente constatamos que a grande maioria dos infratores foram menores carentes, muitas vezes oriundos de instituições mantidas pelo Estado".

Vou citar um exemplo ocorrido há pouco mais de dois meses em Curitiba quando alguns menores estavam na Escola Correccional Queiroz Filho e beneficiados que foram ficaram em liberdade para tentar voltar ao convívio com a sociedade através da Fundação COPEL, vieram morar numa Casa no Jardim das Américas e ali transformaram aquela Casa, porque não tinham nenhum tipo de orientação, porque também não adianta você querer dar oportunidade ao menor infrator para que ele venha para a rua volte ao convívio da sociedade se você não der um acompanhamento, esses quatro menores transformaram a Casa paga pela Fundação COPEL inclusive, aluguel e a manutenção da Casa, num verdadeiro antro de marginalidade. E um dia desses acabaram assaltando, seqüestrando um pai de família, um mecânico, um trabalhador, seviciaram este cidadão até a morte.

"Constatamos, também, que essas instituições públicas e privadas vivem extremas dificuldades, tornando-se, por vezes, verdadeiros depósitos de menores carentes, primeiro passo à marginalização e à criminalidade.

Preocupa-se o Estado em manter órgãos de atendimento, não só para cumprir o que preceitua o dispositivo Constitucional, mas também na esperança de educar, reeducar e integrar esses menores na sociedade, onde deveriam ser forças produtivas e nunca agentes de agressão.

Gasta-se milhões de cruzeiros para lhes fornecer alimentação, habitação, vestuário, recreação, assistência à saúde e escolaridade, sem que possam retribuir, com seu trabalho ou desenvolver condições para tal, o que, num futuro próximo, lhes será exigido para o seu próprio sustento e auto-afirmação pessoal. Seria enfadonho trazer, nesta justificativa, conhecidos dados estatísticos que referem carência, abandono e criminalidade.

Pretende-se, com este Projeto de Lei, criar estímulos ao empresariado paranaense, para que possa oferecer oportunidade de trabalho a menores carentes, colaborando, dessa forma, com a sociedade para a diminuição dos índices de marginalização do Estado e, sobretudo, para a promoção de centenas de milhares de jovens paranaenses. Ocorrendo essa situação, certamente, os incentivos criados em forma de partici-

pação do Estado, serão de valor financeiros sensivelmente inferior àquele que o Estado dispenderia com internatos e até penitenciária. O valor humano seria incommensurável.

Espera-se, com este Projeto de Lei, contribuir não só para a integração social do menor carente, mas também para oportunizar ao Estado o atendimento de milhares de adolescentes desassistidos, que clamam diuturnamente por amparo e oportunidade. Da mesma forma, contemplam preferencialmente, pequenas e médias empresas, assim como organizações econômicas que absorvem contingentes de trabalhadores.

É a justificativa.

Portanto, Senhores Parlamentares, é a minha contribuição que trago para discussão desta Casa. O Projeto já passou pelas comissões competentes, todas elas entendendo da sua legalidade, da importância do fator social desse Projeto. Só que não adianta esta Casa aprovar o Projeto se não houver continuação do Poder Executivo. E é isso que nós pedimos para que além de votarmos e aprovarmos esse Projeto é preciso que na continuidade o Executivo faça a implantação desse Projeto.

Gostaria de conceder aparte aos Senhores Parlamentares, mas como já disse o Senhor Presidente, no encaminhamento desse Projeto de Lei não cabe aparte, mas fica aqui o apelo que faço a Vossas Excelências no sentido de que aproveemos esse Projeto de Lei e depois façamos a devida cobrança ao Poder Executivo para que ele seja evidentemente utilizado na forma da lei.

Obrigado!

O SR. TOTI COLAÇO - (Para encaminhar) Eu só queria, neste instante, cumprimentar o Deputado Algaci Túlio pela brilhante idéia e sensibilidade que teve, da visão, com relação a esse Projeto de Lei. Eu pedi aparte, ilustre Deputado, para lhe cumprimentar, porque realmente esse Projeto de Lei vem ao encontro principalmente àqueles corações fraternos que existem dentro desta Casa de Leis, e acredito eu dentro de todo o Estado do Paraná. Os meus cumprimentos por esta iniciativa, por este projeto de lei, que vamos votar neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 024/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza a implantação de laboratórios de prótese dentária e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.

(Public. no DA. n. 08 de 25.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n. 024/91

Auto: Deputado Carlos Simões

Súmula: Autoriza a implantação de laboratórios de prótese dentária

P A R E C E R:

Este projeto, de autoria do companheiro Carlos Simões, propõe a autorização à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, para implantar laboratórios de prótese dentária nos postos de saúde de cada município, para atender necessidades complementares nos tratamentos odontológicos, de até 50 mil habitantes! Quando for mais, serão dois os laboratórios! Estipula um prazo de 180 dias para regulamentação da Lei.

Em termos de constitucionalidade e legalidade, o projeto está correto e deve ter seqüência regimental.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 024/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Carlos Simões, propõe que seja autorizada a Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a implantar Laboratórios de prótese dentária nos postos de saúde de cada Município, que complementariam as necessidades surgidas nos tratamentos odontológicos.

Procedida a análise legal e Constitucional nada encontramos que possa obstar de sua normal tramitação processual legislativa, pelos competentes órgãos desta Casa de Leis, quanto ao mais o fato que tal Projeto reveste-se de grande apelo e interesse popular, gerando certamente grandes benefícios sociais.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(aa) DOMINGOS DE CARVALHO

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores

Deputados.

Tal Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, é um projeto de lei autorizatório, aí a gente já entra nas discussões de Lei Autorizatória, se existe necessidade desta lei ou não.

Diz o Regimento Interno desta Casa, que isso pode ser feito através de proposições de um ou de vários Deputados, ao contrário de fazer um projeto autorizatório.

Mas, o projeto está feito. Diz o artigo 1º que terá um laboratório por posto de saúde. Que entra em contradição com o artigo 2º, que já coloca um laboratório por município. Está em contradição com o 1º. No art. 3º, estabelece prazo de 180 dias para colocar em execução a lei e se não for feito em 180 dias, perde a validade esta lei? Uma vez que deve ser executado em 180. Se não for executado em 180 dias, perde a validade? Não existe mais a razão dela. Pois bem, não é inconstitucional, está claro.

Na Comissão de Saúde, que devia analisar o mérito, não entra no mérito da questão coloca que não é inconstitucional também, mas acho que é necessário ser analisado o mérito.

Qual é o diagnóstico hoje de saúde bucal no nosso Estado? Eu arrisco até dizer que provavelmente da população adulta, cem por cento deve ter problema de saúde bucal, cáries, estomatites, gengivites e outras doenças.

Portanto, para se tratar essas questões de ter um programa de saúde executado pelo Poder Executivo.

Eu acho que uma Lei Autorizatória, ela só vai ser executada se o Governo e o PMDB tiver um programa de saúde.

Se o PMDB tivesse programa de saúde, não teria necessidade da Lei Autorizatória, porque o próprio partido, o próprio Poder Executivo coloca em execução esse programa de governo, desde que remeta para o orçamento que nós aprovaremos, sem dúvida.

Esse programa já não deve ser planejado em cima de prótese; deve trabalhar a questão de existir também tratamentos conservadores. Tratamentos onde vai se procurar conservar toda arcada dentária do paciente, e só assim para ser a questão de prótese.

Aí é necessário, na hora em que se vai elaborar a prótese, ter a localização correta. Nós sabemos que não há necessidade, isso eu tenho absoluta certeza, de um laboratório desse para cada município. Nós temos discutido na área de saúde a regionalização do sistema de saúde.

Com o sistema de saúde regionalizado, se discute o atendimento primário e secundário. O laboratório se especializaria em

atendimento secundário. O secundário é regionalizado. O Estado terá as regiões.

Então, o que eu temo nisso é que nós vamos votar uma lei que transcorridos cento e oitenta dias, se ela não for executada, será autorizatória, ela não tem valor nenhum. E nós vamos votar uma lei onde nós vamos tentar impor um programa de saúde que o próprio Poder Executivo já deve ter. Então, quero dizer ao Deputado Carlos Simões, que eu achava interessante ser melhor discutido. É lógico que tem mérito, mas só que a maneira como foi apresentado, no meu entender, existem todas essas contradições.

Então, era importante ter uma melhor elaboração e uma melhor discussão até junto com o Poder Executivo, para que se possa fazer uma lei que realmente venha a ser executada. Senão, vamos aprovar uma lei que não será executada, porque o programa do PMDB, do Poder Executivo, do PMDB, pode ser outro, a não ser que este seja o programa de saúde do PMDB e aí a gente gostaria de saber, porque se for este o programa de saúde bucal (?) do PMDB, a história é outra. Senão seria conveniente estudar e procurar acertar e corrigir o que eu entendo, como médico sanitário e profissional da área de saúde, como irregular, na questão do mérito.

Era isto, e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimentos de nºs 1182 e 1191, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1190, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1175, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1195, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1172 e 1173, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1174 e 1192, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1176 e 1177, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1178 a 1181, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, cons-

tantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1183 a 1187, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1188 e 1189, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1196, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. À Comissão Executiva, para estudo.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Artur Ritti.

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, eu declino do uso da palavra na sessão de hoje. Faremos em próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência assistiu pela manhã o pronunciamento no "Bom Dia Paraná" do Deputado Ritti.

Não foram só os Deputados Rossoni e Algaci Túlio que foram ofendidos. Esta Presidência também foi ofendida, porque o Deputado mencionou que nós tínhamos proposto a sua suspensão porque ele teria votado no Deputado Caíto Quintana.

E a Mesa quer dizer ao Deputado e aos Srs. Deputados que jamais faria isso ou essa questão da eleição motivo de vingança. Vossa Excelência está equivocado. A Mesa requisitou a fita, vai ouvi-la, vai convocar Vossa Excelência, para confirmar ou não as acusações e nós queremos dar a nossa solidariedade aos Deputados Rossoni e Algaci Túlio, também vítimas de Vossa Excelência.

O Deputado Rossoni, meu adversário político da região de União da Vitória, é um homem digno e honrado, e foi vítima também de uma acusação violenta, quando ele na realidade era inocente.

Eu estou numa terrível dúvida, Sr. Deputado Ritti. Não sei se proponho sua suspensão por reincidência, ou se contrato uma babá para cuidar de Vossa Excelência. Talvez esta última seja a melhor solução para Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Se me permite, Excelência, eu estive observando o que contém os artigos 58, 59 e 60 do Regimento Interno, e me parece que se nós modificarmos esses dispositivos do nosso Regimento Interno, certamente nos pouparemos no futuro de termos que nos

submeter ao constrangimento de votar suspensões a Deputados que não comparecem nas sessões, que a mim até parecem inócuas essas suspensões, tendo em vista que certamente não farão algum efeito, porque suspenso ou não existe infelizmente aqueles que não aparecem para trabalhar.

Eu entendo que se esta Casa, e nós pretendemos apresentar um projeto para modificar o Regimento Interno, se nós fizermos o desconto de um doze avos da remuneração daqueles que não comparecerem e que não justificarem a sua ausência em Plenário, eu entendo que as coisas começarão a andar melhor.

Eu digo isto, Sr. Presidente, porque o Regimento estabelece, por exemplo, que o Deputado deixará de receber um trinta avos de subsídio da representação acima, e desde que a sua ausência não tenha interrompido a votação de qualquer projeto, que tenha derrubada a sessão do plenário, o que inclusive penaliza aqueles que têm responsabilidade, chegam aqui e dão quórum na sessão, automaticamente os demais que deixaram de comparecer irão receber pelo fato de que nós estamos sendo responsáveis e cumprindo com a nossa obrigação.

Neste sentido nós vamos apresentar esse projeto de lei, e eu tenho certeza que a ampla maioria dos Srs. Deputados que nós temos visto sempre presentes na sessão trabalhando, produzindo, irão apoiar essa medida, porque nós aprendemos uma coisa: quando se mexe no bolso, aí as coisas começam a andar melhor.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu apenas quero ser solidário a Vossa Excelência com relação ao episódio de ontem nas galerias, e solidário aos Deputados José Tavares e Nilton Barbosa, uma vez que eu tive a oportunidade de presenciar os fatos aqui de baixo.

E quero ser testemunha de que hoje tivemos uma reunião no Palácio Iguaçu, onde fomos recebidos pelo Governador Roberto Requião, pelo Secretário da Agricultura, Osmar Dias, e pelo Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, presentes alguns companheiros do PMDB e presentes Deputados do PT e do PSB, onde tratamos de assunto relativo à presença de representantes da CUT nesta Casa, ontem. E afirmo a Vossa Excelência que tiveram um tratamento todo especial por parte do Governo e dos Deputados de todos os segmentos de partidos lá presentes.

Mas, houve uma denúncia de que não há espaço na Assembléia Legislativa, porque os Deputados fecham o direito da participação. Não é verdade. O que houve aqui ontem - não quero generalizar o fato e acu-

sar todos os que estavam nas galerias - foi uma falta de respeito com os dois Deputados e com o Parlamento.

Então, nós queremos reafirmar a Vossa Excelência que a decisão foi correta e, acima de tudo, tem que haver o respeito nesta Casa. E nós estamos aqui para discutir o assunto, e tenho a certeza que é o dever de todos os Deputados procurar uma solução viável pelo impasse que estamos vivendo.

Então, parabenizo Vossa Excelência, sou solidário a Vossa Excelência e, encerrando, quero dizer aos companheiros do PT de que a presença de todos os segmentos da sociedade e a presença das greves, deve-se ao PMDB que, na época, participou ativamente para que os órgãos fossem abertos com toda a liberdade para a participação de todos os segmentos da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, se tivesse que repetir a atitude de ontem, repetiria. Eu tenho uma visão pano-

râmica do plenário e das galerias, e o Deputado Rosinha foi muito elegante, como cavalheiro que é, em não mencionar aquela senhora que estava muito agitada e que era responsável pelos maiores insultos aos Srs. Deputados, e algumas pessoas, que eu não quero responsabilizar; não são agricultores, evidentemente. Os agricultores têm as mãos calejadas e a boca calada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/91.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 147/91 e dos Projetos de Lei n°s 66, 55 e 24/91.

Levanta-se a sessão.